



# Anais da Assembléia

Nº 059

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE MAIO DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 47.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 1991.  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, José Tavares, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (41). - Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Cezar Silvestri, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, João Preis, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, Nelson Justus, e Nilton César Servo (11). - Achando-se em licença os Senhores Deputados Neivo Beraldin e Luiz Carlos Alborghetti (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nomi-

nal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o pedido de chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (É procedida à verificação de votação).  
Em votação a Ata.- Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofício:

Curitiba, 24 de maio de 1991.  
Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, tendo assumido compromissos inadiáveis de inaugurações de obras, na região que representa, vem através do presente, justificar perante Vossa Excelência sua ausência em Plenário, nas sessões dos dias 27, 28 e 29 do mês de maio corrente.

Certo de sua compreensão e do espírito de Justiça que sempre norteou a atuação de Vossa Excelência, renovo os protestos da mais alta consideração e apreço

Atenciosamente,

(a) CEZAR SILVESTRI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1220  
Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário com base no Regimento Interno, votação nominal para o Substitutivo Geral apresentado ao Projeto de Lei nº 106/91, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 27.05.91.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1203  
Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa manifestando condolências pelo falecimento do Sr. JOSÉ LOPEZ LOPEZ, à sua família, na Empresa Transportes Coletivos Grande Londrina LTDA, Rua Messias Wilmar de Souza, nº 756, Vila Recreio, no Município de Londrina-Paraná.

Sala das Sessões, em 27.05.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A manifestação do presente voto de pesar deve-se ao fato do Senhor José Lopez Lopez, falecido ontem, 26 de maio, no Instituto do Coração de São Paulo, vítima de infarte do miocárdio e embolia pulmonar, ser antigo e estimado cidadão londrinense. Deixa a esposa Amélia Barbosa e quatro filhos, Pedro, Manoel, Maria e José Lopez.

O Senhor José Lopez e Lopez era espanhol da Cidade de Parta Loa, na Província de Almeria. Chegou ao Brasil em 1922, indo residir com os pais no interior de São Paulo.

Em 1937 mudou-se para Londrina, ano em que casou-se e foi morar em Ibiporã, onde abriu comércio de Secos e Molhados.

Em 1951 retorna a Londrina iniciando naquela Cidade o comércio com veículos. Naquele mesmo ano passa a ser Vice-Cônsul espanhol para o Norte do Paraná.

Em 1958, inicia a atividade empresarial no transporte coletivo, fundando a Viação Londrinense-VUL, que em 1978 passa a chamar-se Transportes Coletivos Grande Londrina-TCGL.

Pessoa dinâmica, atuava como Diretor na empresa familiar, onde os filhos eram sócios, até o seu falecimento.

REQUERIMENTO N° 1207

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, desta Casa, REQUER; VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo falecimento do Sr. JOSÉ LOPEZ LOPEZ, ocorrido no dia 26 do corrente.

REQUEIRO, ainda, que após a aprovação deste, seja dada ciência, a família enlutada, com minhas sinceras condolências; no seguinte endereço:- Rua Deputado Fernando Ferrari, 584 - Jardim Dom Bosco - Londrina -Pr.

Sala das Sessões, em 27.05.91.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Tratando de pioneiro de nossa Cidade e Região, que muito contribuiu para o progresso e desenvolvimento do nosso Município.

REQUERIMENTO N° 1208

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER, VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo falecimento do Senhor JOÃO MENCK, ocorrido no dia 26 do corrente, em Bela Vista do Paraíso.

Requeiro ainda, que após a aprovação deste, seja dada ciência, à família enlu-

Curitiba, segunda, em 27.05.91

tada, com minhas sinceras condolências; no seguinte endereço:- Rua Humberto Pavanelli - BELA VISTA DO PARAÍSO.

Sala das Sessões, em 27.05.91.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Tratando de pioneiro de nossa Cidade e Região, que muito contribuiu para o progresso e desenvolvimento do nosso Município.

REQUERIMENTO N° 1209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, registro de voto de pesar pelo falecimento de Aparecido Delfino Soares, ocorrido nessa madrugada de 27 de maio de 1991.

Sala das Sessões, em 27.05.91.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Aparecido Delfino Soares, além de funcionário da Prefeitura Municipal de Curitiba, altamente conceituado perante seus colegas de trabalho e no seu meio social e religioso, exercia as funções de Ministro do Evangelho, junto a Igreja Evangélica Avivamento Bíblico, rua Canadá n° 418 - Bacacheri, nesta Capital.

Favor dar ciência a sua Comunidade e familiares no endereço acima.

Projetos de Lei:

Projeto de Lei n° 198/91

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O artigo 2° da Lei n° 6470 de 22 de outubro de 1973, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 2° - Do total dos recursos atribuídos ao FUNRESTRAN, cinquenta por cento (50%) da receita das multas arrecadadas por infração às normas de uso das vias públicas dos municípios, será repassado às respectivas Prefeituras Municipais, no caso delas administrarem a manutenção viária e o sistema de sinalização e segurança do trânsito urbano.

§ 1° - O restante dos recursos do FUNRESTRAN será dividido na proporção de cinquenta por cento (50%) para o Departamento Estadual de Trânsito, e cinquenta por cento (50%) para a Polícia Militar do Estado, para uso nos órgãos de controle de tráfego que a integram, na Capital e no Interior.

§ 2° - Os recursos arrecadados pelo Estado, com a destinação prevista no "caput" do art. 2°, deverão ser recolhidos aos municípios dentro do prazo máximo de trinta (30) dias após a arrecadação.

§ 3° - O município, ao receber estes recursos, fica obrigado a aplicá-los inte-

gralmente na manutenção do sistema viário, de sinalização e segurança do trânsito urbano."

Art. 2º - Os demais dispositivos das Leis Estaduais n.ºs 6264, de 10 de janeiro de 1972, e 6420, de 22 de outubro de 1973, não conflitantes com esta Lei, permanecem em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

JUSTIFICATIVA:

Segundo estabelece a Lei 6264, de 10.01.72, com as alterações introduzidas pela Lei 6470, de 22.10.73, todos os recursos advindos de multas aplicadas às infrações de trânsito urbano ocorridas em qualquer cidade do interior paranaense, são recolhidos diretamente ao Fundo de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN, para "atender despesas de capital do Departamento de Trânsito Polícia Militar do Estado do Paraná e aos órgãos de Controle de Tráfego que a integram na Capital e no Interior." (sic)

Parece-nos, todavia, que as disposições legais vigentes, se válidas e oportunas à época em que foram editadas, estão hoje distanciadas da real situação da quase totalidade dos municípios paranaenses, todos na fase eufórica do progresso que, embora altamente desejável, traz consigo, e nas mesmas proporções, o crescimento vertical e linear de suas áreas urbanas, aumentando consideravelmente os problemas de tráfego, sinalização e segurança de trânsito, que exigem para sua solução o investimento cada vez maior de recursos financeiros que a maioria dos municípios, da mesma forma, não possui.

Objetivamos, com o presente projeto, reparar a injustiça que se comete contra os municípios paranaenses. Urge que lhes assegure o retorno de recursos que são gerados nas cidades, permitindo-lhes que se substituam sistemas arcaicos e superados, por outros mais modernos e que possam oferecer à população mais segurança e mais tranquilidade.

Por esses motivos, Senhores Deputados, e tendo em vista os altos objetivos deste Projeto de Lei, esperamos total apoio e final aprovação por parte dessa egrégia Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI N.º 199/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os estabelecimentos comerciais ou Postos de Abastecimento dotados de restaurantes, lanchonetes ou similares

situados em terrenos contíguos à faixa de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná só poderão obter concessão de acesso às rodovias estaduais se firmarem compromisso com o órgão concedente da autorização no sentido de não venderem ou servirem bebidas de qualquer teor alcoólico.

Art. 2º - As autorizações já concedidas serão canceladas e os acessos interditados, independentemente de notificação, se, no prazo de 60 (sessenta) dias, os estabelecimentos comerciais ou Postos de Abastecimento dotados de Restaurantes, lanchonetes ou similares, não firmarem o compromisso nos termos do artigo anterior.

Art. 3º - O Departamento de Estradas de Rodagem deverá adequar os Anexos da Instrução Administrativa de número 61/87 inserindo nestes o compromisso de que trata esta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 27.05.91.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

As estatísticas demonstram que a embriaguez é fator determinante dos acidentes automobilísticos nas estradas do nosso País. O Estado, enquanto responsável pelo fomento do bem comum, não deve abster-se de criar as condições para a redução destes acidentes que vitimam famílias inteiras, quando não deixam órfãos. Ressalte-se, que os profissionais da estrada têm já uma relativa consciência dos malefícios que o álcool acarreta aos reflexos dos motoristas, expondo-os aos perigos, cabendo, na maior parte das vezes, àqueles que não são profissionais, a responsabilidade pelos acidentes decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas. O Estado, portanto, tem o dever, a ser compartilhado pelos donos de estabelecimentos comerciais situados contiguamente à faixa de domínio do DER, de evitar que a bebida aumente as estatísticas funestas das nossas estradas.

Não há de se dizer que beber ou não beber é talante particular de cada uma das pessoas, pois, efetivamente, o motorista na estrada, quando bebe, pode acarretar não só a sua própria morte, mas a de outras pessoas que nada têm a ver com a sua vontade de dirigir após consumir bebidas alcoólicas. Assim, os estabelecimentos comerciais devem ter a consciência, e o Estado ainda mais, por dever finalístico, de que a vida é um bem inegociável, ou que não pode ficar exposto à sorte da falta de reflexos de um motorista que ingeriu bebida alcoólica. A vida humana é um bem que merece a proteção consciente de todos os cidadãos neste País e neste Estado em particular.

O acesso às rodovias estaduais, por sua vez, depende de autorização do DER, que expede autorização aos estabelecimentos comerciais situados contiguamente à sua faixa de domínio. O acesso, ou a sua autorização, pode estar subsumida a critérios definidos, e é isso que o presente Projeto de Lei faz - estabelece claramente um critério a ser seguido para a concessão da autorização aos estabelecimentos comerciais do acesso às rodovias estaduais. Não se trata de cerceamento ao comércio ou à livre iniciativa; na verdade, o Direito à vida, com a sua devida proteção faz-se o reconhecimento dos efeitos funestos do álcool junto aos motoristas, é bem jurídico maior. Não se trata de "Lei Seca", pois a bebida deve ser, como tudo na vida, usado como fator de prazer e satisfação do homem, nunca operar como fator de sua destruição. Daí a oportunidade para a definição legal das condições para que este não venha a se transformar em desgraça.

A definição de critérios para a concessão da autorização de acesso às rodovias estaduais pelos estabelecimentos comerciais, condicionando esta autorização a um compromisso de não venda ou de que não seja servida bebida alcoólica ao longo das rodovias estaduais é um meio de não instaurar a "Lei Seca", mas, ao contrário, permitir que a bebida opere, tão somente como um fator de prazer, e nunca como fator de desgraça, definindo, com clareza de propósitos e motivos, as condições e parâmetros para a venda e consumo de bebidas alcoólicas. Na verdade, estrada e bebida nunca combinaram; a sociedade, com suas vítimas, sabe disso; cabe a nós consolidarmos este conhecimento, adotando-o como prática instituída em Lei.

Projeto de Lei Complementar:

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 197/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - São contemplados na presente Lei Municípios que abriguem em seu território Unidades de Conservação Ambiental, ou que sejam, diretamente influenciados por elas, ou aqueles com mananciais de Abastecimento Público.

Art. 2° - As Unidades de Conservação Ambiental a que alude o Artigo primeiro são áreas de Preservação Ambiental, Estações Ecológicas, Parques, Reservas Florestais, Florestas, Hortos Florestais, Área de Relevante Interesse de Leis ou Decretos Federais, Estaduais ou Municipais, de propriedade pública ou privada.

Parágrafo Único - As Prefeituras deve-

rão cadastrar as Unidades de Conservação Ambiental Municipal junto à entidade estadual responsável pelo gerenciamento de recursos hídricos e meio ambiente.

Art. 3° - Os municípios contemplados na presente Lei pelo critério de mananciais, são aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de bacias hidrográficas de mananciais de abastecimento público para municípios vizinhos.

Art. 4° - A repartição de cinco por cento (5%) do ICMS a que alude o Artigo 2° da Lei Estadual 9491, de 21 de dezembro de 1990, será feita da seguinte maneira:

- cinquenta por cento (50%) para municípios com mananciais de abastecimento.
- cinquenta por cento (50%) para municípios com unidades de conservação ambiental.

Parágrafo Único - no caso de municípios com sobreposição de áreas com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, será considerado o critério de maior compensação financeira.

Art. 5° - Os critérios técnicos de alocação dos recursos serão definidos pela entidade estadual responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos e meio ambiente, através de Decreto do Poder Executivo, em até sessenta (60) dias após a vigência da presente Lei.

Art. 6° - Os percentuais relativos a cada Município serão anualmente calculados pela entidade responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos e meio ambiente e divulgados de Portaria publicada em Diário Oficial e informados à Secretaria de Finanças para sua implantação.

Art. 7° - Fica alterado de oitenta por cento (80%) para setenta e cinco por cento (75%) o Art. 1°, Inciso II, da Lei Estadual n° 9491, de 21.12.90.

Art. 8° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.05.91.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Louve-se a Constituição Federal que em seu artigo 158, parágrafo único, II determina que os Estados ofereçam cada qual uma distribuição específica para 25% do valor do Fundo de Participação dos Municípios, prevendo que cada unidade federativa daria prioridade a questões que atendessem a peculiaridades de cada uma das regiões.

O Paraná decidiu quando da Constituição Estadual, em seu artigo 132, que a prioridade é para os municípios que tenham em seu território unidades de conservação ambiental ou mananciais de abastecimento público.

Na Lei n. 9491, de 21.12.90, tendo em vista falta da Lei Complementar, a prioridade de 5% do FPM ficou destinado ao aten-

dimento desta regulamentação que ora propomos.

Decidimos já por duas vezes, privilegiar estes municípios ecológicos e a eles, em número de 95 (noventa e cinco), urge que a regulamentação seja feita.

Senhores Deputados esta Lei incentiva que outros municípios queiram se tornar ecológicos, principalmente através de criações de unidades de conservação ambiental e assim ajudar na melhoria da vida do paranaense. Portanto, votemos para que a qualidade de vida seja melhor a cada dia no Paraná e para isso peço o apoio de meus nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

(Declina).

Deputado Edson Silva Lino.

(Declina).

Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós queremos registrar nesta Casa hoje o Projeto de Lei que estamos dando entrada com o objetivo inclusive de ter a participação, de ter sugestões e emendas de todos os Senhores Parlamentares que, por ventura, acharem por bem se manifestarem a respeito do nosso projeto de lei, que trata de um assunto bastante polêmico e que temos certeza, que é a proibição da venda de bebidas alcóolicas às margens das rodovias estaduais.

Estivemos hoje conversando com o Diretor-Geral da Secretaria dos Transportes. Tivemos a honra também em ouvir o companheiro Deputado Heinz e tivemos dele até a aprovação desta proposta que representa hoje um passo para que se evite que vidas sejam ceifadas no trânsito deste Estado por aqueles que, irresponsavelmente, ingerem o álcool, pegam o volante e tiram as vidas daqueles que nada devem.

Nós queremos apresentar aqui a Súmula deste projeto e a nossa justificativa: "Estabelece critérios para a concessão - por parte do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, da autorização de acesso às rodovias estaduais aos estabelecimentos comerciais situados contiguamente à sua faixa de domínio".

E na justificativa dizemos o seguinte: (Lê):

"As estatísticas demonstram que a embriaguez é fator determinante dos acidentes automobilísticos nas estradas do nosso País. O Estado, enquanto responsável pelo fomento do bem comum, não deve abster-se de criar as condições para a redução desses acidentes que vitimam famílias inteiras, quando não deixam órfãos. Ressalte-

-se, que os profissionais da estrada têm já uma relativa consciência dos malefícios que o álcool acarreta aos reflexos dos motoristas, expondo-os aos perigos, cabendo, na maior parte das vezes, àqueles que não são profissionais, a responsabilidade pelos acidentes decorrentes do consumo de bebidas alcóolicas. O Estado, portanto, tem o dever, a ser compartilhado pelos donos de estabelecimentos comerciais situados contiguamente à faixa de domínio do DER, de evitar que a bebida aumente as estatísticas funestas das nossas estradas.

Não há de se dizer que beber ou não beber é talante particular de cada uma das pessoas, pois, efetivamente, o motorista na estrada, quando bebe, pode acarretar não só a sua própria morte, mas a de outras pessoas que nada têm a ver com a sua vontade de dirigir após consumir bebidas alcóolicas. Assim, os estabelecimentos comerciais devem ter a consciência, e o Estado ainda mais, por dever finalístico, de que a vida é um bem inegociável, ou que não pode ficar exposto à sorte da falta de reflexos de um motorista que ingeriu bebida alcóolica. A vida humana é um bem que merece a proteção consciente de todos os cidadãos neste País e neste Estado em particular.

O acesso às rodovias estaduais, por sua vez, depende de autorização do DER, que expede autorização aos estabelecimentos comerciais situados contiguamente à faixa de domínio. O acesso, ou a sua autorização, pode estar subsumida a critérios definidos, e é isso que o presente projeto de lei faz - estabelece claramente um critério a ser seguido para a concessão da autorização aos estabelecimentos comerciais do acesso às rodovias estaduais. Não se trata de cerceamento ao comércio ou à livre iniciativa; na verdade, o direito à vida, com a sua devida proteção faz-se o reconhecimento dos efeitos funestos do álcool junto aos motoristas, é bem jurídico maior. Não se trata de "Lei Seca", pois a bebida deve ser, como tudo na vida, usada como fator de prazer e satisfação do homem, nunca operar como fator de sua destruição. Daí a oportunidade para a definição legal das condições para que este prazer venha a se transformar em desgraça.

A definição de critérios para a concessão da autorização de acesso às rodovias estaduais pelos estabelecimentos comerciais, condicionando esta autorização a um compromisso de não venda ou de que não seja servida bebida alcóolica ao longo das rodovias estaduais é um meio de não instaurar a "Lei Seca", mas, ao contrário permitir que a bebida opere, tão somente como um fator de prazer, e nunca como fator de desgraça, definindo, com clareza de propósitos e motivos, as condições e parâ-

metros para a venda e consumo de bebidas alcoólicas. Na verdade, estrada e bebida nunca combinaram; a sociedade, com suas vítimas, sabe disso; cabe a nós consolidar este conhecimento, adotando-o como prática instituída em Lei.

E nós pudemos ouvir hoje o ilustre Deputado Heinz que os acidentes nas Rodovias do Paraná representam 80% ou mais de vidas que são ceifadas.

E a nossa proposta deixa bem claro, que todas as medidas que venham a ser tomadas, devem ser as mesmas em consonância com o que estabelece os anexos de instruções da Instrução Administrativa de n. 61 do DER do Paraná.

Nós temos a certeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esse grande passo na história do Paraná, marcará com sucesso e êxito aquilo que vemos hoje registrado nas rodovias do Estado de São Paulo, que há pouco tempo passávamos, e conversando com os patrulheiros do nosso vizinho Estado, nós pudemos sentir dos mesmos, os efeitos salutareos provenientes de medidas semelhantes a que nós estamos apresentando nesta Casa, de forma livre e democrática, aceitando as sugestões, aceitando as críticas, aceitando as emendas, para que desta forma, façamos uma Lei que atenda os anseios da sociedade paranaense.

O Sr. Heinz Herwig - Eu gostaria de cumprimentar o Deputado Paulo Maia, por essa iniciativa; esse projeto de lei, que nós temos certeza, terá um alcance - muito grande. Eu acho que a discussão de um problema como esse e que no nosso Estado, diariamente são ceifadas vidas pela imprudência e pela venda de bebidas alcoólicas, ao longo das nossas rodovias.

Tenho certeza, que marcará com um projeto de lei de profundo alcance, que o colega Deputado, será feliz nessa iniciativa. Meus parabéns.

O SR. PAULO MAIA - Muito obrigado e mais uma vez, queremos repetir a nossa proposição de lei, está aberta a sugestões, que possam enriquecer ainda mais para o bem do nosso Estado, que acreditamos ser o objetivo maior, em hipótese alguma, queremos apresentar aqui projeto de lei ou Requerimento, que represente princípios demagógicos que não é o nosso feitio. Muito obrigado, Senhor Presidente, e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de registrar a presença, na Casa, do Prefeito de Formosa do Oeste, Dr. Siqueime Kiara e do

Vereador Nilton Pickes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotada.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Lê): "Senhor Presidente, Srs. Deputados.

A nação brasileira viveu, na semana passada, mais uma tentativa de greve geral, convocada por centrais que se dizem representantes dos trabalhadores, principalmente a CUT.

Mas desta vez o fracasso em levar à paralisação os trabalhadores, que muito justamente estão preocupados com seus empregos numa conjuntura de recessão, acabou levando os dirigentes sindicais daqueles órgãos a praticar toda sorte de violências, visando paralisar pela intimidação, pelo desrespeito à propriedade, pela agressão.

Na verdade, não houve greve geral, apenas funcionários públicos ligados à área educacional e social e membros de outras categorias protegidos pela estabilidade ou situações de fato - deixaram de trabalhar e foram para as ruas engrossar os piquetes violentos, intimidando a população. O povo tentou dedicar-se às suas atividades normais, em todos os casos em que não foi impedido pela abusiva presença de blocos de manifestantes nas ruas das cidades principais do país.

O que se observa, dessa greve geral que não houve, é que determinadas lideranças sindicais revivem o fantasma da crise política, em vez de permitir ao Brasil trilhar o caminho do desenvolvimento. Esquecidos de que só a direita se aproveitaria do caos, como aconteceu há 25 anos, no período de João Goulart.

Esses falsos dirigentes imaginavam que iriam seduzir o povo com suas reivindicações mal costuradas, em que se misturavam críticas à política econômica e condenação do período recessivo com slogans de natureza ideológica, como reforma agrária, defesa das empresas das estatais, não pagamento da dívida externa etc.

Na realidade, o que conseguiram foi se desmoralizarem diante de uma opinião pública incomodada por sucessivos atos de paralisação violenta do trabalho, de greves abusivas que causam prejuízos à coletividade - como na recente greve dos funcionários da PETROBRÁS.

Os próprios líderes responsáveis do partido político que dá sustentação à CUT se mostram preocupados: como seu esquerdismo corporativista e economicista os líderes desse bloco estão se afastando do povo, da classe média, das lideranças empresariais e tendem a cair num gueto político como grupo minúsculo que não faz diferença nenhuma.



Porque no fundo mesmo foi uma greve corporativa, de servidores fiscais, de funcionários de empresas públicas, de representantes de uma elite funcional que ganha salários gordos num país miserável, e de ativistas revolucionários só teoricamente preocupados com o trabalhador - como o bando que tentou ocupar as dependências desta Assembléia Legislativa, na noite de terça-feira passada.

As cenas de vandalismo que aqui quisesam praticar foi o que se viu nas principais cidades brasileiras. A própria prefeita petista de São Paulo, Luiza Erundina, para quem "grupos queriam desmoralizar a greve", não encontrou outra explicação para as depredações de ônibus da própria CMTC, a empresa estatal de transporte coletivo paulistano. Apesar do apoio ostensivo que aquela prefeitura deu à paralisação do transporte coletivo na capital paulistana.

Se quiser sobreviver aos desafios que a assaltam de todos os lados, a democracia brasileira precisa dizer um "basta" ao grevismo político.

Seja promulgando uma rigorosa lei de disciplina do direito de greve nos serviços essenciais à coletividade, que não podem ser paralisados ao bel-prazer de um "meneguelli" ou de um outro barbudo qualquer. Felizmente a Justiça do Trabalho já está dando sinais de que vai aplicar o direito, mesmo na ausência da lei disciplinadora da greve em serviços essenciais - porque o princípio está inscrito na Lei Maior, a Constituição Federal.

De outro lado, os danos causados à propriedade pública e particular pelo grevismo político devem ser apurados e debitados às centrais sindicais, quando não for possível identificar o autor ou autores do vandalismo. É preciso mão firme nesse ponto, sob pena de a subversão da lei e da ordem se tornar rotineira, até o colapso da própria democracia."

Peço o horário do Partido, Sr. Presidente.

"Mas, enquanto adota tais providências, que necessariamente ocorrem após as greves, a sociedade deve se prevenir.

Vimos o absoluto despreparo de governos e empresários, que mesmo advertidos pela televisão para a greve anunciada, deixaram de armas, esquemas alternativos para transportar pessoas, para manter a ordem pública, para assegurar o funcionamento do País.

Neste particular deve-se louvar a ação e a atitude do Prefeito Jaime Lerner de Curitiba, que com muito rigor, com muito vigor e com muito espírito público, manteve os transportes essenciais à população funcionando. Coisa que não aconteceu em outras cidades brasileiras e coisa que não

aconteceu entre governos estaduais que não souberam se prevenir, que não souberam dar a devida proteção à população.

A ex-ministra que causou todo esse estrago, uma recessão gigantesca de quase 9% no ano passado - e o pior desempenho da História do Brasil - deixou o governo há duas semanas e agora posa de musa das esquerdas, com a velha cantilena populista de que, com a saída dela, "o povo ficou só..."

Só, continuará o povo, enquanto o país estiver como refém de grupos corporativistas, de sindicalistas de elite, de agitadores enrustidos na função pública, que se dedicam a grevar em vez de trabalhar.

Enquanto esse pessoal estiver dando as cartas, o País continuará pobre e miserável, como acaba de mostrar a ONU, num relatório que diz, com todas as letras, que o Brasil desperdiça seus recursos com as estatais ineficientes, as universidades públicas que não ensinam para o mercado de trabalho, os "INPS" que não asseguram previdência social...

Esta é a outra face do problema: o grevismo irresponsável opera a partir dessas estatais que não têm patrão, cujo dono é o povo, um conjunto de pobres vítimas da exploração ideológica daqueles que ainda não conseguiram saltar para o lado de cá do Muro de Berlim.

É destes "barbudos" ledores de Marx e Lenin que devemos nos livrar, reduzindo-os à responsabilidade e ao silêncio, se quisermos nos tornar um país desenvolvido. O Brasil precisa de um retorno à produção, de mais trabalho com justiça social, de garantir oportunidades para os que desejam construir empreendimentos e criar empregos. É esse o caminho para o futuro."

O Brasil não precisa de greve.

E, aproveitando, Sr. Presidente, eu quero rapidamente, para que conste dos Anais da Casa, ler uma nota da Associação dos ex-Parlamentares Estaduais do Paraná. (Lê):

"Associação dos ex-Parlamentares Estaduais do Paraná

A BEM DA VERDADE

Tendo em vista a maneira desrespeitosa, mentirosa, aética e demagógica que o PT vem usando em jornais, cartazes e panfletos clandestinos visando atingir a honra e a dignidade de parlamentares e ex-parlamentares que ao longo de suas vidas honestas e limpas, prestam e prestaram os mais relevantes serviços à causa pública, usando expressões desairosas e de baixa linguagem, própria deles, a Associação, em nome de todos os seus integrantes, repudia terminantemente tais expressões, insinuações e falsas informações, comunicando ao povo honrado e digno de nossa terra, que serão tomadas as medidas judiciais cabíveis.

veis para que os responsáveis por tais insultos sejam devidamente processados na forma da lei, pelos crimes que estão cometendo e pelos danos morais que estão acarretando, a relacionarem suas mentiras e agressões aos nomes de pessoas que, como todo e qualquer brasileiro contribuíram compulsoriamente para órgão público de previdência, e agora recebem suas pensões com base na lei e na Constituição Federal que lhes assegura tal direito, como a todos os aposentados e que, ainda se aposentarão, os quais não podem ser taxados de desonestos por receberem seus proventos dos cofres públicos para os quais também contribuem e contribuíram ao longo de suas vidas.

Tais assaques, em última análise, visam atingir as instituições, o próprio Poder Legislativo e o povo que representam. A Justiça dirá quem está com a verdade e a razão.

(a) Associação dos ex-Parlamentares do Paraná."

Passarei à Mesa esta nota, para que seja inserida nos Anais da Casa.

E quero aproveitar a oportunidade para dizer aqui que, além desse repúdio, vai também o meu repúdio pessoal para aquele panfleto, aquele jornaleco que o PT edita, porque me inclui como um dos beneficiários de uma aposentadoria que vai de Cr\$ 600.000,00 a Cr\$ 2.000.000,00. Eu desafio aqui os três Deputados do PT que se provarem que eu recebo isso, eu renuncio publicamente o meu mandato.

Chega de mentira, de aleivosia, de calúnia, de molecagem. Isso aqui é uma Casa de respeito. Isso aqui é uma Casa de Leis, é uma casa que representa o povo! Não podem dois ou três Deputados recém-chegados à Casa, agirem dessa maneira.

Depois não venha o Deputado Rosinha, desculpe se não lhe afago o ego de chamá-lo de doutor, porque eu acho muito pedantismo agregar um título universitário ao nome parlamentar. Por quê Dr. Rosinha? Então Dr. Heinz, Dr. Domingos Carvalho. Quer dizer, é muito pedantismo. Mas ele me chamou de puxa-saco e disse que o dia que o PT chegasse ao Governo eles não queriam o meu apoio!

Primeiro lugar, esse dia jamais chegará no Paraná, porque o povo do Paraná é consciente, não vai levar um bando de desordeiros à suprema gestão do Estado. Essa gente só serve para fazer greve, baderna, furar pneu de ônibus, quebrar pára-brisa, agredir quem quer trabalhar. E essa gente só sabe mentir e editar jornalecos que só servem mesmo para uma única finalidade, que eu já disse aqui e não quero repetir, em homenagem ao decoro que deve guardar um Parlamentar nesta Casa.

Mas, quero deixar aqui o meu repúdio e

o meu desafio, se um dos três Deputados, vejam bem, eles publicaram no jornaleco, eles têm o dever moral agora de chegar aqui com o recibo que eu recebo aposentadoria deste Poder, senão estarão, mais uma vez, desmoralizados.

Eu deixo aqui o desafio, se eu estiver recebendo aposentadoria, eu renuncio o meu mandato. Deixo um desafio a esses três Deputados irresponsáveis, que editam uma porcaria de um jornaleco, visando denegrir e conspurcar a imagem deste Poder perante a população.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Nilton Barbosa com a palavra.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A semana passada, fomos vítimas de um engano jornalístico. O jornal que sempre procuramos ler, um jornal que sempre respeitamos, recebeu uma informação de que nós, na sexta-feira, num local até que desconhecemos em Curitiba, denominado Aeroanta, andava de carro, quase que atropelando um dos guardiões do estabelecimento daquela boate, daquela casa de shows.

O jornal de sexta-feira diz o seguinte: "O Deputado, o nome dele é Nilton Barbosa, Deputado Estadual pelo PMDB. No último final de semana, ao volante de um opala sem placa, quando atropelou um rapaz que cuidava do estacionamento do Aeroanta em Curitiba. Barbosa saiu do carro aos berros para focalizar mais um daqueles casos de prepotência e abuso do Poder, que deixam indignados os espectadores. Sabem com quem estão falando, eu mando nesta cidade. A acompanhante dele ficou embaraçada, Barbosa nem aí. Tenho poder para acabar com todos vocês, bradava!"

Esta é a nota que traz o jornal do dia 24. E nós, Senhor, Presidente e Senhores Deputados, procuramos saber da sucursal da "Folha de Londrina" aqui em Curitiba, ligamos inclusive para Londrina para falarmos com o responsável desta coluna do informe da "Folha de Londrina", Senhor Carlos Arruda. Ele não nos sabia informar, ao ponto de nos dizer a sucursal aqui de Curitiba que seria a assessoria de imprensa desta Casa Aeroanta que teria passado esta nota. Nós questionamos a administração da Casa, bem como questionamos também essa tal assessoria de imprensa que negou nada ter passado. Por respeito ao jornal "A Folha de Londrina", por respeito aos Macarines, ao João Milanez nosso particular amigo; e aos companheiros aqui, nós dissemos a eles que entraríamos na justiça, para sabermos da veracidade de tal notícia. No jornal do sábado do dia 25, a "Folha de Londrina" traz uma outra nota, traz a sua retratação, diz no informe Folha: "Não é o



Deputado, não foi o Deputado Nilton Barbosa do PMDB que fez o escândalo noticiado ontem neste jornal, Informe, no estabelecimento do Aeroanta em Curitiba; foi outra pessoa confundida com ele, dissemos equivocadamente, que aquele Parlamentar atropelara um rapaz naquele local e que, mesmo assim, saiu do carro e aprontou com a vítima e com quem assistia. Sabem com quem está falando? Eu mando nesta cidade, bradava. Em verdade, era outra pessoa, não identificada, mas confundida com o Deputado. Este jornal faz esta correção e pede desculpas ao Parlamentar.

Na verdade, a desculpa é atrasada, porque não tenho certeza que todas as pessoas que leram o jornal no dia 24 seriam as mesmas que leram do dia 25. Há o desgaste em torno do nosso nome. Mesmo na nossa infância, mesmo na nossa adolescência, nunca tivemos sequer passagem por delegacias, DETRAN, por alta velocidade, por darmos "cavalo de pau" ou "ferro" em veículos...

Fiz aqui questão de ler e trazer para cá a discussão em torno da calúnia da difamação, com relação ao nosso nome. Não podemos admitir que um jornal do nível da "Folha de Londrina", com circulação estadual e até mesmo interestadual, divulgue uma notícia seja de um Parlamentar, de um cidadão comum, sem saber da veracidade e sem saber da realidade da coisa.

Por isto, já sabendo da retratação da "Folha de Londrina", quero deixar aqui o meu repúdio e pedir aos responsáveis por este jornal, pessoas sérias, companheiro João Milanez, até Cidadão Honorário do Paraná, que recebeu o título aqui nesta Casa, pedir a ele, aos Macarini, aos jornalistas, que tudo o que quiserem escrever a nosso respeito podem escrever, nós estaremos sempre aceitando as notícias verdadeiras que forem escritas em nosso nome em qualquer jornal do Estado. Mas em momento algum aceitaremos as notícias incertas, as notícias mentirosas. Por isso o nosso repúdio, o nosso protesto, pedindo aos jornalistas que sempre hajam com responsabilidade e que não escrevam aquilo que não sabem se é verdade ou mentira.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No final da semana retrasada o programa "Fantástico" registrou algo realmente extraordinário e fantástico no Mundo da Medicina. É por esta razão que quero hoje dar entrada na Mesa de um requerimento,

nós que propusemos o "Ano Estadual dos Transplantes", um voto de congratulações aos Senhores cardiologistas Danton da Rocha Loures e Edison José Ribeiro, nefrologista Ronaldo Moreno de Carvalho, urologista Sandro Ziezermer, empresário Miguel Nasser e ao Banco de Olhos de Cascavel, pela brilhante participação que todos tiveram no triplo transplante (rins, coração e córneas), realizado nos dias 19 e 20 de maio próximo passados. (Lê).

Após o diagnóstico da chamada "morte cerebral", no último fim de semana, a família de um jovem de 21 anos, na cidade de Foz do Iguaçu, encontrou uma forma de extrema beleza e solidariedade para propiciar a continuidade da vida: doou os órgãos passíveis de serem transplantados.

Num trabalho ágil - em que foi decisiva a colaboração do empresário Miguel Nasser, para transporte dos órgãos em veículo aéreo - os cardiologistas Danton da Rocha Loures e Edison José Ribeiro e o urologista Sandro Ziezermer, todos do Hospital Evangélico desta Capital, retiraram os órgãos doados pelo jovem iguaçuense.

No mesmo dia, menos de duas horas depois, o coração era implantado no peito de Helga Klug, de 42 anos, aqui no Hospital Evangélico. Na unidade de transplantes renais, vários doentes renais crônicos aguardavam o resultado dos exames de histocompatibilidade para o transplante dos rins, que acabaram sendo destinados a Valdevino Pilar, de 31 anos, e Volmar Eróide, de 49 anos.

A ação competentíssima dos médicos em questão vem confirmar o excelente preparo de nosso cirurgiões, cuja atuação garante ao Paraná o título de um dos maiores centros de transplantes do Brasil.

Por outro lado, mais do que nunca, está comprovado que existe vida após a morte e ela se concretiza, exatamente, na doação de órgãos.

O homem pode repetir o gesto de criação de vida - a doação de órgãos prova isto.

1991 é o Ano Estadual dos Transplantes e diante deste trabalho extraordinário, não pode o Poder Legislativo deixar de congratular-se com esses brilhantes homens, em cujas mãos depositam-se as esperanças de vida de muitas pessoas.

E na verdade, foi um triplo transplante: coração, rins e córneas. Mas foram cinco pessoas que foram beneficiadas com o gesto extraordinário desta família deste jovem, de Foz do Iguaçu: a Senhora a 48 anos, que recebeu o coração, mais duas pessoas, que já nominei, que receberam os rins, e mais duas pessoas que receberam as córneas também. Ao todo, portanto, cinco pessoas; três sobrevivem com o coração e dois rins graças a esse gesto extraordi-

nário dessa família.

E nós ficamos sensibilizados, e eu tenho certeza de que este Poder também deve estar orgulhoso disto, porque nesta Casa nós criamos estímulos especiais a doadores de órgãos e transformamos o Estado do Paraná, no ano de 1991, como o Ano Estadual dos Transplantes. Claro que isto já tem feito com que muitas e muitas pessoas se sensibilizem da importância que é a doação de um órgão, da importância que é para sensibilizar as pessoas no sentido de que todos possam se transformar em doadores, porque só quem vive, só quem sente este problema em sua família sabe o quanto é difícil encontrar alguém que possa fazer uma doação. E este nosso projeto teve como finalidade procurar sensibilizar, procurar quebrar esse tabu, que ainda muitas famílias têm, de não permitirem que, após a morte de alguém de sua família, nem sequer a necropsia, quando a morte é violenta, no Instituto Médico Legal. Nós procuramos, com isso, sensibilizar a população e procuramos também, com isso, quebrar esse tabu para mostrar a importância desse gesto desta família de Foz do Iguaçu, realmente extraordinário, porque com a morte cerebral desse jovem, cinco pessoas: três sobrevivem e duas passam a ter uma visão melhor graças ao implante de córneas.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - José Lino com a palavra.

O SR. EDSON LINO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

O que me leva hoje a fazer uso dessa tribuna é para trazer um assunto de mais alta relevância neste Estado, trata-se do transporte dos bóias-frias que através do Decreto n. 7.303, datado de 25 de setembro de 1990 e depois prorrogado através do Decreto n. 7.588, prorrogado por noventa dias que vigiu até dia 14 de maio.

Sabedores que são os Senhores Deputados da situação calamitante que se transportam os trabalhadores braçais, os bóias-frias e que são às vezes chamados por órgãos de Governo por um nome bonito que é trabalhadores temporários ou trabalhadores itinerantes, mas a verdade é que são trabalhadores bóias-frias, e enquanto não mudar essa situação não podem mudar o nome.

Eu quero aqui fazer um apelo ao Senhor Governador para que não ceda a grupos econômicos nessa situação tão difícil em que um Decreto Governamental já decide de que a Polícia deverá fiscalizar os transportes dos bóias-frias. Portanto a alegação de que o agricultor já defasado, sem condições não pode comprar ônibus, em parte ela procede, mas o ônibus pode ser feito com

similar como diz o próprio Decreto, através de caminhões, em que pese que o Decreto não menciona caminhões quando fala em similar, da forma de que a própria Klabin do Paraná faz no Município de Grandes Rios, um ônibus com condições para que ali os trabalhadores sejam tratados com o mínimo de dignidade. Nós encontramos pelas rodovias Senhora Deputada, Senhores Deputados, encontramos por aí caminhões carregando um contingente enorme de homens e mulheres tratados como verdadeiros animais, aliás, animais não são tratados daquela forma porque existe aquela grade protetora e para os homens não existe nem se quer uma grade protetora. Portanto, essa situação calamitosa tem que ser dado um fim e para isso é preciso que o nosso Governador reaja e não permita neste momento de que seja mudada essa posição.

Na fala com o Governador na sexta-feira, quando tomamos café com ele, juntamente com todos os Deputados do PMDB ele reafirmou o propósito de fazer cumprir, e eu acho salutar essa posição do Governador.

Nós sabemos que o boicote aos trabalhadores virão com a alegação de que, sem ônibus e sem condições de transportar da forma em que o Decreto disciplina, os trabalhadores ficarão passando fome e não terão como ir para a lavoura porque não irão buscar. Mas se o trabalhador perder eu não tenho dúvida que o dono da terra também irá perder, porque quem irá colher os frutos da terra? Porque o proprietário não terá condições de ir colher esses frutos.

Portanto, o que precisa neste momento é que o Governador através da Secretaria de ação social possa dar condições, se o boicote vier a se efetivar o Governo coloque a ação social, a defesa civil para dar comida a esses trabalhadores até que eles vençam esse obstáculo. É agora ou nunca.

Ou agora os trabalhadores e os bóias-frias ganham essa parada ou eles estarão condenados para viverem transportados no longo de suas vidas como verdadeiros animais.

O bom mesmo, Senhores Deputados, era que esses homens tivessem o seu pedaço de terra, e nem precisa um pedaço de terra, que eles tivesse em cada município do Estado do Paraná ou do Brasil que fosse implantado ali uma fazenda modelo para que ali esses trabalhadores pudessem trabalhar e produzir pelo menos para seu sustento, ali com um técnico agrícola, com um engenheiro agrônomo, com um assistente social, com nutricionista para que ali a sua produção através do município, municipalizava esta mini-reforma agrária e que ninguém fosse dono da terra e que a terra tivesse o seu fim para sua produção e com reversão do seu alimento para os que ali vivem, labutam, trabalham e tiram o pão da terra.

Portanto, o trabalhador braçal, o bóia-fria como apelidam hoje de trabalhador temporário na verdade ele passa fome. Nós temos depoimento daqueles que transportam os bóias-frias em nosso município e em nossa região, aquele que é chamado de gato onde muitas vezes levam os bóias-frias aos cafezais para lá trabalhar ou outra cultura qualquer, e lá eles saem do bafo dos seus colegas, dos seus companheiros de trabalho e vão atrás de café, bater na marmita, e ele é procurado pelo gato que diz, porque é que você não está lá junto? Eu não estou lá porque na minha marmita não tem comida, se eu falasse de manhã, às cinco da manhã quando eu subi naquele maldito caminhão que não teria comida para trazer, por certo o Senhor não me trazia para trabalhar, e lá em casa eu tenho mais cinco, seis, dez filhos, que precisam desse miserável salário que vou receber aqui, se é que se pode chamar de salário.

Este é um depoimento constante.

Eu pediria ao Senhor Presidente para entrar no Horário da Liderança.

Este é o quadro em que vivem esses trabalhadores que por programas de governo, programas malfadados, colocaram esses homens e mulheres e crianças nesta situação desastrosa, muitos e muitos deles já foram proprietários de terras e foram jogados como bóia-fria e hoje tratados como verdadeiros animais e a carapuça em que dizem que o trabalhador bóia-fria é vagabundo, é vadio, isto não serve porque ele é um trabalhador muito mais profissionalizado do que muitos por aí a fora, porque ele é polivalente, porque ele quando você leva a sua propriedade, Severino, para colher algodão, ele colhe, quando você leva para sua propriedade para roçar ele roça, quando você leva na sua propriedade, Colombino, para carpir o feijão ele carpe, quando eu levo na minha propriedade para fazer qualquer serviço, ele faz. Quando o Prefeito os requisita, para eles irem abrir valetas, eles vão e abrem valetas, portanto são trabalhadores polivalentes com condições enormes e força de vontade.

Esses homens e mulheres aproveitados em fazendas modelos, ali produzindo pelo menos para o seu sustento, para que seus filhos estudassem em Colégios Agrícolas, eu não tenho dúvida de que em breve, no máximo em 20 anos, nós teríamos uma agricultura modelo neste mundo, não só no País, porque nós iríamos cuidar daqueles que têm força de vontade para trabalhar, mas não têm técnicos dariamos condições para essas crianças e jovens para que eles se profissionalizassem com técnicas e transformassem a pequena propriedade numa grande produção e pelo menos para o seu sustento tivessem.

O Sr. Arlindo Troian - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Eu estou bastante preocupado com o problema do bóia-fria, tanto quanto Vossa Excelência. Quando o Senhor falou em similar, me deixou bastante preocupado, porque a minha região também inicia agora o corte de cana e são transportados mais de 800 bóias-frias diariamente. Inicia-se também a colheita de café, que a maioria dos bóias-frias é transportada e realmente é um tanto, como você disse, em caminhões abertos e sem segurança nenhuma.

Agora, essa lei que o nosso Governador está pondo em prática, se for realmente para serem transportados todos eles de ônibus, eu acredito que vai ter um problema muito sério, mas você me disse que o Governador falou alguma coisa em similar.

O SR. EDSON LINO - O Decreto fala em similar.

Presume-se em princípio que seja ônibus, caminhão ou algo adequado.

O Sr. Arlindo Troian - Então precisaria deixar bem claro, que o Governador desse a oportunidade, devido a situação financeira que nós atravessamos, os agricultores, os produtores de café principalmente que estão praticamente falidos, porque nós não temos ninguém que reveja a posição nem no Governo Estadual, nem ao Governo Federal e as usinas de álcool, que estão defasadas também devido o seu preço, congelamento do petróleo, eles não têm condições de adquirir naturalmente ônibus para todas, tanto a produção de café como a de cana.

Agora esse similar que o Governador deixasse bem claro que fosse um caminhão coberto com lona todo fechado ao redor, que tivesse simplesmente uma maneira desse bóia-fria subir pela parte trazeira que depois seja fechado também, que ele tivesse condições de transportar então nestes caminhões porque pelo que diz aí, no decreto baixado, é somente por ônibus e está dando uma controvérsia terrível, principalmente na região Noroeste, aonde nós temos três usinas funcionando, uma no Estado de São Paulo e uma em Paraíso do Norte e uma em Nova Londrina, além do início da colheita de café que a maioria dos fazendeiros, que ainda produz café, eles não têm mais colonos e sim eles estão apanhando esses bóias-frias nas cidades.

Como nós vemos a exemplo de Assaí, que terminou a colheita de algodão e eles estavam outro dia procurando uma maneira dos bóias-frias, levaram dinheiro para dar condições para os bóias-frias que estão trabalham com dificuldade e nós lá estamos querendo dar o emprego e se isto acontecer

vai criar um problema imediatamente.

Curitiba, segunda, em 27.05.91

O SR. EDSON LINO - Nobre colega, aqui o Decreto n. 7.303, diz o seguinte:

"O deslocamento dos trabalhadores rurais até o local do trabalho". O seu retorno deverá ser efetuado, obrigatoriamente, através de ônibus ou similar. É o Decreto que diz, não sou eu. Ônibus ou similar. Cabe uma interpretação. E por que não nesta interpretação não ser transportado através de caminhões com bancos cobertos, como faz a empresa Klabim do Paraná na nossa região.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento).

Este é um assunto que preocupa a todos nós, não apenas aqueles que são ligados diretamente a empresas, a usinas. Nós, há muito tempo atrás, já comentamos bastante isto através da imprensa quando numa época se constatava pelo menos um ou dois acidentes nas estradas, por semana, do Interior do Paraná, interior de São Paulo em relação a caminhões que transportavam bóias-frias, e eu me lembro que na ocasião, algum tempo depois, foi exigido que para que os caminhões pudessem transportar os bóias-frias precisariam ter bancos, ter uma proteção de ferro para se passar o toldo, porque além da segurança também, daria um pouco mais de condições para que o inverno, especialmente no horário da manhã o pessoal não enfrentasse aquele vento no peito e tivesse problema de saúde. Isto me parece que foi já em grande parte das usinas, em grande parte desses empresários, já feito isto. Agora o que me preocupa é que na campanha eleitoral do PMDB esse mote foi batido violentamente em cima, que era um Decreto do Governador Álvaro Dias, e aquela coisa toda, e o próprio Governador Requião, também assinou abaixo esse aval. Agora isto traz um problema; a "Folha de Londrina" de hoje, pena que não trouxe para o Plenário, mas quem tiver a "Folha de Londrina" de ontem ou hoje aqui vai ver uma página inteira mostrando a preocupação. Caminhões e mais caminhões parados. Quer dizer, se não há uma lei ainda totalmente regulamentada, se não há uma coisa certa ainda, não se pode fazer essa guerra de nervos em cima dos caminhoneiros que transportam esses bóias-frias.

Há que se exigir nesta questão de similar, parece-me que entraria então, caberia o caminhão com proteção de ferro e o toldo em cima dando essa condição, porque quem vai, na verdade, ter dinheiro para comprar o ônibus? Aí vai ter que estabelecer uma empresa, usina com determinado número de funcionários ter a obrigação de ter um ônibus. Aquele que não tem esse nú-

mero pode usar o caminhão. Então tinha que ser melhor regulamentado.

Eu parabenizo Vossa Excelência pela preocupação. Nós também temos essa preocupação. O que não podemos ver é caminhoneiros e trabalhadores parados em função dessas medidas um tanto atabalhoadas, muito corridas, sem uma fiscalização e sem uma determinação até agora.

O SR. EDSON LINO - Nobre Deputado, não existe uma guerra de nervos. O nosso Governador está colocando em prática o que foi assumido em campanha. Agora é normal, e eu disse em boicote (?), e é normal de que esses caminhões continuem parados até para que não dê certo o Decreto. Não existe interesse. Porque quando trata de ajudar o pobre, aquele menos favorecido pela sorte normalmente o poder econômico interfere para prejudicá-lo. E não tenha dúvida que em breve nós iremos criar duas classes como já dizia em campanhas anteriores o Governador Requião: nós vamos criar a classe dos que não comem e dos que não dormem; os que não comem porque não tem o que comer e os que não dormem porque tem medo dos que não comem. Então está na hora de que a classe privilegiada comece a olhar para este povo para evitar que esse contingente de homens e mulheres e crianças não deixe o interior e venha para a cidade.

Portanto não é este ato de fazer com que cumpra, de que sejam dignamente transportados, não quer dizer que não vá dar trabalho para eles.

Eu acho que eles merecem ter os mesmos direitos que nós temos, porque ambos somos filhos de Deus e somos irmãos. Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO (Pela Ordem)

- Só para que não se incorra num erro histórico, a frase: os que não comem e os que não dormem, os que não dormem não dormem de medo dos que não comem é do famoso escritor brasileiro que escreveu "A Geografia da Fome", Josué de Castro, e não do Governador Roberto Requião.

O SR. EDSON LINO - Mas era dito pelo Governador em campanha.

Eu não disse que era frase. Eu disse que ele usava em campanha.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Dirceu Manfrinato. Não se encontra em Plenário.

Encerrado o horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Liderança do PT com a palavra. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como barbudo e amigo, com muita honra, do companheiro Jair Meneguelli, eu venho falar a respeito da greve geral e da nota publicada pela imprensa neste último fim de semana. Dizia aqui o Deputado Erondy Silvério que a greve que não houve e que os falsos dirigentes iludiram o povo, os trabalhadores e também que um bando ocupou a Assembléia durante a semana passada. Eu quero dizer que a greve não houve como deveria ter havido, mas só não viu a greve quem não quis e o que devia se fazer ao invés de tomar medidas para impedir este tipo de grevismo político, como dizia o Deputado, essas medidas deveriam ser: acabar com a fome, com a miséria, com o desemprego, com o desespero de milhões de famílias neste País, hoje. Muitos não foram para a greve por medo, por medo da repressão, por medo de idéias, de projetos da sociedade como esta que está aí hoje, que traz a fome, a miséria e a desgraça para as famílias brasileiras, mas que mesmo com esse tipo de recessão, com esse tipo de repressão, de medo, centenas de milhares de trabalhadores se manifestaram contra estas atitudes deste governo impiedoso e imoral que hoje impera nesse nosso País.

Queria dizer ainda que o bando que esteve aqui na Assembléia, é o bando que produz alimentos para a mesa do Deputado Erondy e não era um bando, eram setenta líderes sindicais que estavam aqui na Assembléia e que só vieram aqui para o Plenário e ficaram durante a noite, porque foram desrespeitados pelos Deputados, porque visitaram todos os gabinetes, convidando os Deputados para uma conversa sobre a agricultura no plenarinho desta Casa. Foram convidados por este Deputado que fala e apenas seis Deputados tiveram o respeito de comparecer à reunião e conversar com os agricultores. Por isso, a revolta fez com que ficassem aqui durante a noite, mas nenhuma "rebaldaria" aconteceu e o Presidente da Casa é prova disso, e nenhuma xicarazinha de café foi quebrada nesse período em que o pessoal esteve aqui. É o bando que produz alimento para o nosso povo. A respeito da nota publicada pela imprensa eu queria dizer que no dia 21 de janeiro de 1991, neste ano portanto, o Diário Oficial desta Assembléia publicou uma lista de 112 Senhores Deputados e ex-Deputados aposentados. Os nomes publicados não foram do PT. Portanto, os Deputados que se acham ofendidos com a relação de nomes de Deputados aposentados, questionem a Casa e reconfirmem os Anais da Casa, o Diário da Assembléia, que publica. irão requerer quando cessar o seu mandato. não desistiram e terão o direito e irão

requerer quando cessar o seu mandato.

Há três ações na Justiça, correndo na Justiça para impedir esta imoralidade, que nós não concordamos e que o PT não concorda. Duas arguições de inconstitucionalidade. Uma feita pelo PT em 1987 e outra pelo ex-Governador Álvaro Dias neste ano ainda. Há ainda uma ação popular na Justiça baseada no Artigo 199, parágrafo 2º da Constituição Federal e no Artigo 201, parágrafo 8º da Constituição Federal e ainda, no Artigo 5º da Constituição Federal que proíbe e impede de ser destinado dinheiro público a entidades de previdência privada como é e como foi o "FEPPA" e como é aquilo que os Deputados aposentados continuam recebendo.

Nós fomos questionados por alguns Deputados aqui em Plenário, sobre que não estavam recebendo aposentadoria, mas seu nome consta no Diário Oficial. Cabe a eles se defenderem e desmentirem se não estão recebendo, mas a Assembléia publicou.

E ainda queria dizer que estes nomes, estas pessoas e estes Deputados que nos questionaram não questionaram a moralidade do "FEPPA" e das aposentadorias, mas questionaram seus nomes que estariam indevidos na relação, mas as ações judiciais, a exemplo do que aconteceu no Estado de São Paulo, há alguns dias passados quando o ex-Governador Quéricia ganhou na justiça a inconstitucionalidade do que fizeram com o Fundo de lá que tem o mesmo processo do Fundo aqui do Paraná, prova que isto é imoral. Se é legal... é imoral, e é inconstitucional.

E muitos Deputados, inclusive o Deputado Erondy ajudou a provar isto aqui nas Legislaturas passadas pelo tempo e período em que aqui se encontra.

Isto sim faz com que desacreditemos, com que o povo desacredite no Poder Legislativo.

A extinção do "FEPPA" e a transferência dele para o Estado foi uma "maracutaia" da Assembléia, da Legislatura passada no seu final, quando transferiu para a Assembléia os Fundos do "FEPPA" para facilitar o desbloqueio de dinheiro que estava bloqueado e o Estado continuar pagando estas aposentadorias imorais, consideramos, de nossa parte, e nunca vamos recuar disto.

Estas atitudes é que fazem com que o povo não acredite no Legislativo.

Os efeitos dessa nossa campanha estão aí na rua.

Eu desafio qualquer Deputado aposentado, ou com direito de aposentadoria, a ir a público defender sua aposentadoria. Desafio!

A nossa ação teve apoio popular. Mais de 10 mil assinaturas já estão entregues junto com esta Ação Popular e mais cente-

nas e milhares estão vindo e virão. Desafio a vontade de um ex-Deputado ou de um Deputado com este direito vir defender isto em público, quando o nosso povo, o nosso trabalhador e a nossa Constituição diz que a três tipos de aposentadoria o trabalhador brasileiro tem direito: por idade, invalidez e tempo de serviço.

Esta discriminação que se faz, porque um cidadão que exerceu um mandato por um período de tempo ele tem que se aposentar e ter um direito que outros brasileiros não têm é inconstitucional, é inadmissível e a sociedade tem que repudiar isto e vai continuar repudiando. Porque nós estamos aqui para legislar e governar o povo do Estado e não sermos beneficiados com isto e ficar aposentado para o resto da vida.

Um Deputado que se elege, a exemplo de alguns desta legislatura, com 23 anos de idade tem condições de aos 31 estar aposentado com um gordo salário, quando um trabalhador tem que trabalhar até os 65 anos de idade. O agricultor...

(O Senhor Presidente faz soar os tímpanos).

Para concluir, Senhor Presidente.

Ou um trabalhador com 35 anos de serviços comprovados para receber uma miséria, uma migalha de meio salário-mínimo.

Nós entendemos que isto sim é desmoralizar o Parlamento. Isto sim é para fazer com que o povo não acredite.

E esta nota paga, queremos concordar com a última frase que está escrita nela: "a justiça dirá quem está com a verdade e com a razão". Os ex-Deputados e os Deputados que vão se aposentar têm o direito legal mas imoral. A Justiça fará com que isto seja dito ao povo do Paraná inteiro que esta imoralidade não pode continuar no nosso Estado e em nenhum Estado deste País.

Por isto, Senhores Deputados, queremos concordar com esta última frase.

E estas ações que se encontram na Justiça vão fazer a verdade cair em si. Vão fazer o povo do Paraná conhecer realmente a realidade.

E os Deputados que se acharem ofendidos que se defendam perante o público.

O Diário da Assembléia publicou o nome dos 112, e do Senhor Deputado Erondy Silvério também!

Era isto e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra.

(DECLINA).

PFL com a palavra.

Tem a palavra o Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, peço permissão para falar

aqui do Plenário.

(Assentimento).

Nós ouvimos atentamente as explicações, as posições do Deputado Edson Lino. E também vimos a participação de outros companheiros também com relação a este projeto do Governo do Estado que trata do transporte do bóia-fria.

Na verdade estamos vivendo, nos dias de hoje, uma situação caótica.

A agricultura não é, nos momentos de hoje, nem um pingão diferente dos anos que vem passando; a marginalização, as dificuldades, o abandono daqueles que produzem ou que são proprietários, vão desanimando e abandonando as suas pequenas propriedades. E aí vem aquela acusação tradicional: diz que o rico compra a terra e continua produzindo. É claro, na medida que o vizinho abandona a propriedade, pela situação incapaz de sobreviver na agricultura, o mais corajoso que não perdeu totalmente a coragem ainda, ele passa a comprar mais um pedacinho de terra e aí ele vai lançar mão, daquele que saiu da sua própria propriedade naturalmente, por desânimo, por falta de apoio, por falta de respeito com um homem que trabalha e produz alimento, ele vai lançar mão desse trabalhador como bóia-fria para poder produzir na terra que ontem era dele.

Essa é a tristeza que nós vemos acontecer no nosso País. Em função do que também? Em função, em momentos que o País, naturalmente, com a pressão dos Sindicatos, que defendiam com veemência os trabalhadores rurais foram apunhalados naturalmente, o próprio pequeno produtor quando ele criou com jeitinho, no silêncio, no comodismo de todos nós, foram criando leis e mais leis, protegendo o trabalhador rural. Isso fez o quê? Porque ninguém mais dava emprego; tornou-se impraticável você na verdade dar emprego a um trabalhador rural; aí criou o quê? Um meio de produzir através do famoso bóia-fria. Eu costumo dizer, um trabalhador avulso, porque trabalha num dia, às vezes, conforme o caso, em duas, três propriedades num dia só; e fica uma situação difícil, difícil até de contabilizar.

Isso eu sei e convivemos com isso, principalmente na questão do setor de corte de cana, que ele troca às vezes de lote de propriedade e aí como é que faz para você pagar os direitos.

Mas nós pagamos sim, através da diária de cada um dos trabalhadores ao encerrar o dia ou a semana, nós pagamos os direitos trabalhistas a esse trabalhador, mas mesmo assim estão claro, estimulados a irem buscar direitos e criando problemas sérios cada dia mais, criando dificuldade do sustento desse pobre trabalhador com a sua única maneira que ele sabe fazer para pro-



duzir. E, agora, como não bastasse vem a dificuldade do transporte através de veículos adequados; que bonito, que bonito e que bom; - eu confesso a vocês, que na nossa empresa, eu posso dizer, a maioria dos cortadores de cana são transportados de ônibus, não estou defendendo o meu interesse próprio não, mas sabemos que as pequenas propriedades, que os pequenos proprietários rurais, que usam o dia a dia 3, 4, 5, 10 pessoas e que ele pode colocar dentro da sua camionete e transporta ali, em volta da própria vizinhança, ele está impedido e correndo um risco terrível, porque a lei está protegendo. Protegendo o quê? Ela protege para que ele não ande em cima do caminhão. Mas, ela desprotege quando ela lhe deixa sem o trabalho para ter o direito de sobreviver.

Então, é necessário se lembrar, nós não temos dúvida. Não estamos aqui falando do passado por apenas uma crítica comum, não. Na verdade, na época eleitoreira, vou bem. Eu que não votava para o Requião, estou aqui do lado dele, somando, querendo ajudá-lo a conduzir o Paraná para cada dia melhor. E votamos com o Governo. Mas, sabemos que no passado, quando se discutia apenas o voto, era um momento, todo o mundo achava muito fácil, muito bonito, dizer que todo o trabalhador tem que comer a comida bem quentinha, naturalmente ser transportado com conforto. Mas, sem pensar as consequências de se resolver este problema no dia a dia.

E hoje, quando conversamos com os fazendeiros, com os pequenos proprietários, com o trabalhador, aquele que tem que "tocar" a sua propriedade, ver impossibilitado de resolver este problema.

Portanto, eu acho que nós que fazemos parte da Bancada do Governo, a Bancada da maioria, e que defendemos este Governo, tem hoje a obrigação de nos reunir junto à sua mesa e dizer que ele dê um tempo, dê condição para que o fazendeiro e o usineiro, se já não têm, que comprem um ônibus, que pode. Que o grande fazendeiro passe a transportar adequadamente. E o pequeno produtor, que tenha o direito de transportar da maneira que puder. Porque se não, nós vamos criar uma situação muito difícil, cada vez pior, para o nosso Estado. Porque nós precisamos, na verdade, é dar condição de vida, ganhando o pão de cada dia e produzindo e colhendo o fruto que aí está, nas árvores: o café, a cana, e tantos outros frutos. Não podemos deixar este País enrolando e rolando no dia a dia por leis, antes da vez impensada.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consultamos a Liderança do PDT se deseja fazer uso do seu Horário. Concedemos a pala-

vra ao Deputado Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Senhor Presidente, Senhores Deputados desta Assembleia, que na semana passada se incomodou tanto com o maior que nos abandonou; eu quero falar do menor abandonado. Especificamente de um caso concreto que eu vivenciei na noite da última quinta-feira aqui na nossa Cidade de Curitiba.

Este Deputado estava na banca de revistas da Boca Maldita, com o Dr. Grillo, que é um advogado do Tribunal de Justiça e a sua Senhora, que é assistente social do Quadro da Prefeitura, quando vimos um grupo de meninos de rua que brigavam entre si, brigavam por um pedaço de comida, por um pedaço de pão que havia sido jogado fora por um consumidor mais abastado da Lanchonete Mc Donald's.

Muito bem. Nós tentamos conversar com os meninos de rua para desvendar o porquê deles estarem na rua e para tentar buscar uma luz para este problema.

Eu os levei até a Lanchonete Mc Donald's. Fizeram um lanche. Eram seis meninos. Um deles, o menor, chamado Marcos, de um pouquinho mais de seis anos de idade, consentiu em ficar conosco e conversar mais demoradamente. Ele é morador de Colombo. De tanto apanhar, em casa, cansou de ficar com os seus pais, e tinha estado, já, num Lar de uma Associação Evangélica, no qual também não se adaptou.

Muito bem. Nós resolvemos dar a esse menino, naquela noite, um leito oficial.

Fomos ao SOS Criança, que é o excelente serviço que a Prefeitura de Curitiba mantém. Do SOS Criança nós fomos, com os Comissários do Juizado de Menores, ao CEDIT e finalmente chegamos ao CEDIT. Na verdade, para este menino ter o leito oficial, para ter a opção de ter aonde dormir, numa cama limpa, com comida, foi preciso que se passassem cinco Autos. O primeiro que se lavrou quando eu entrei com o menino no SOS Criança, eu dei uma declaração de que o recolhi e o estava entregando ao SOS Criança. O segundo do SOS Criança para o Juizado de Menores. O terceiro do CEDIT que aí então fez três papéis, um para mim, um para o SOS Criança e outro para o Juizado de Menores.

Quer dizer que na quinta lavratura de documentos e na quinta entrevista por especialista em pobre e em pobreza, a criança finalmente teve direito de ter a sua cama e nela ser colocada. Causou-me espécie de que a funcionária do Governo do Estado que atendia o CEDIT, já me dissesse, eu disse: "- A Senhora fique com o menino aí que eu vou conversar com o patronato Santo Antônio, ou com o Asilo São Luiz, que são aqui de Curitiba, por cujas irmãs de caridade eu tenho apreço, e vou conse-

guir para ele um lugar para depois de amanhã". Muito bem, a mulher do CEDIT já me disse, de cara, na portaria: "- Ele vai fugir, não adianta nada o Senhor vir amanhã". Quer dizer que ainda antes da fuga do menino se consumar já se condiciona a funcionária a dizer que ele vai fugir realmente.

Então, no âmago de toda essa história existe a profunda perversidade da nossa sociedade para com as suas crianças. Como nós temos dito não há leitões abandonados, frangos abandonados, nem bois nem vacas abandonadas, mas crianças abandonadas, há!

A segunda coisa é a hipocrisia da nossa sociedade que está no limite daquela Irlanda do que no século passado provocou o autor das Viagens de Gulliver, o João Swift, se não me engano, a dizer: "- Por que não fazemos assados de nossas crianças, fricassés, empadas, pastéis? Seria muito mais econômico, pelo menos aproveitar-se-iam os miúdos de crianças para a venda nos açougues. É muito melhor do que deixar que se matem entre si umas às outras e sejam todas assassinadas, nas ruas da cidade".

No âmago dessa questão está a carência dessa cidade em ter um albergue, para as crianças de rua, que, dentro do que prevê o Estatuto do Menor, possibilite a eles dormir num lugar quente, saudável, salubre, e depois voltarem para rua, enquanto se leva em curso o processo de catequese, o processo de aprendizado. No âmago desta questão está a raiz de nossa miséria estrutural, mais do que isso, está a perversidade da nossa sociedade!

Eu sei que eu falei com a freira do Patronato de Santo Antônio, com a Irmã Elenice, ela designou uma Assistente Social para ir ver o menino no CEDIT. Quando a Assistente Social chegou lá o menino já havia fugido. Mas se não tivesse fugido eles iriam procurar o que se chama "lar social" para o menino. Na verdade esta sexta especialista em pobres, das cinco que o menino já havia conhecido, desde que eu o tirei da rua até a hora em que foi recolhido à instituição, ela iria devolver o menino para seu pai e para sua mãe, na sua casa miserável, na periferia de Curitiba, e ele iria estar, de novo, na rua, coisa que ele abreviou pulando o muro do CEDIT e estando na rua ainda antes.

Na verdade, minha gente, de repente nós temos diante de nós um problema da maior gravidade e que nos dá até uma sensação de pasmaceira e de impotência. O Brasil não poderá ser se permanecer este tipo de abordagem em relação ao futuro! O Brasil socialista, social-democrata, renovador, reconstruído, chamem como quiser, só poderá ser a partir do momento em que for capaz de atender às suas próprias

crianças!

A partir do momento em que não houver esta hipocrisia oficial de tantos Autos, de tantos fingimentos de preocupação, que, na verdade, é uma questão que no todo parece que não incomoda ninguém!

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB com a palavra.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Cezar Silvestri, comunicando sua ausência em Plenário, nos dias 27, 28 e 29 do corrente mês, em virtude de compromissos inadiáveis de inaugurações de obras na região que representa. À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.

Projeto de Lei complementar, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/91, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA/OF. n° 21/91, que criam no quadro de pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada, 03 (três) cargos em comissão de Assessor de Recursos, todos com a simbologia DAS-4. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Com SUBSTITUTIVO GERAL do TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. ao Substitutivo, por unanimidade. Em votação.

O SR. HERMAS BRANDÃO (Pela Ordem) - Solicitamos chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há sobre a mesa, um requerimento de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, que requer, de acordo com o Regimento Interno, votação nominal para o substitutivo geral apresentado ao Projeto de Lei n° 106/91. Aprovado este requerimento, a chamada no-

nominal também estará sendo feita.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu solicito verificação de votação ao requerimento.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agora cabe a chamada nominal.

O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Após a chamada nominal).

Responderam a chamada, 25 Senhores Deputados. Não há "quorum" para votação.

Em discussão, o Substitutivo Geral. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 147/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera o § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 56/91 de 18 de fevereiro de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/91, de autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, que autoriza o cadastramento de todos os deficientes físicos do Estado do Paraná, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O. e C.S.P., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que cria estímulos fiscais e creditícios a empresas que preencham, no mínimo, 10% de seu quadro de pessoal, com menores carentes e deficientes físicos, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.A.I.C. e C.S.P., por unanimidade. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/91, de autoria do Deputado CARLOS SI-MOES, que autoriza a implantação de laboratórios de prótese dentária e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a

mesa, requerimento de nº 1203, de autoria da Senhora Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 1207 e 1208, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1209, de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte:

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/91

##### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 147/91 e dos Projetos de Lei n.ºs 066/91, 055/91 e 024/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/91 e do Projeto de Lei nº 151/91.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quinze dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Mário Bezerra, João Iensen, Alceu Swarowski, Rafael Greca, Nelson Garcia, Renato Adur e mais a presença do Deputado Nilton Servo. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei Complementar nº 077/91, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Relator: Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL com Subemenda Modificativa Corretiva - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 063/91, de autoria do Deputado Paulo Maia e outros. Relator: Deputado Nelson Garcia. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 084/91,

de autoria do Deputado Algaci Túlio. Anexado a este, o Projeto de Lei n° 110/91, por tratar do mesmo assunto. Relator: Deputado Renato Adur. Requerimento no sentido de transformar em diligência junto a Secretaria de Estado da Administração e ao Instituto de Previdência do Estado - IPE. DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) Deputado DURVAL AMARAL  
Presidente  
WILSON PENKA  
Secretário

Membros: Deputado RAFAEL GRECA  
Deputado MÁRIO BEZERRA  
Deputado JOÃO IENSEN  
Deputado ALCEU SWAROWSKI  
Deputado NELSON GARCIA  
Deputado RENATO ADUR

COMISSÃO DE FINANÇAS

12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se extraordinariamente na sala de reunião das comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Iensen, Alceu Swarowski, Mário Bezerra, Nelson Garcia e Renato Adur. Havendo número legal, o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada a leitura da Ata, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 151/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 018/91. Relator: Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente

encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) Deputado DURVAL AMARAL  
Presidente  
WILSON PENKA  
Secretário

Membros: Deputado JOÃO IENSEN  
Deputado ALCEU SWAROWSKI  
Deputado MÁRIO BEZERRA  
Deputado NELSON GARCIA  
Deputado RENATO ADUR

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO  
E COLONIZAÇÃO

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de hum mil, novecentos e noventa e um, na Sala de Reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Deputado Toti Colaço. Constatada a existência de número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, com os seguintes Projetos de Lei: Projetos de Lei n°s 128/91 e 129/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, com pareceres dos Deputados Severino Félix e Domingos Faustino de Carvalho, respectivamente. APROVADOS. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) Deputado TOTI COLAÇO  
Presidente  
SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR  
Secretário